

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.238 - GO (2019/0007809-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
SUSCITANTE : JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE URUAÇU - GO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DAS FAZENDAS
PÚBLICAS DE NIQUELÂNDIA - GO
INTERES. : ROBERTO CARLOS TEIXEIRA NUNES
ADVOGADO : DEYVI CHARLLE ARAUJO ALVES - GO041592
INTERES. : MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA
ADVOGADOS : YASMINNE VIANA BORGES RIBEIRO DE CASTRO
TAVEIRA GODOI - GO037106
KELLY CRISTINA MOREIRA - GO035826

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de conflito negativo de competência, suscitado pelo **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE URUAÇU - GO**, em face do **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DAS FAZENDAS PÚBLICAS DE NIQUELÂNDIA - GO**, relativo ao processamento e julgamento de Ação de Cobrança ajuizada por **ROBERTO CARLOS TEIXEIRA NUNES**, pleiteando o recebimento de verbas decorrentes de sua nomeação para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Controle e Acompanhamento de Custo Benefício da Secretaria Municipal de Planejamento do **MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA - GO**.

Dispensada a remessa ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 951, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, acentuo que o Conflito comporta conhecimento, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, consoante o disposto no art. 105, I, *d*, da Magna Carta.

Com efeito, esta Corte Superior firmou entendimento de que o servidor que exerce função comissionada mantém vínculo de natureza estatutária com a Administração Pública, o que atrai a competência da Justiça Comum para o julgamento das controvérsias decorrentes dessa relação jurídica (Súmula n. 218/STJ).

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA.

EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 218/STJ.

1. O conflito de competência deve ser decidido a partir da análise da causa de pedir apresentada e do pedido formulado.

2. O exercício de cargo em comissão, com regular nomeação e posse, atrai a competência da Justiça Comum para julgamento de demanda decorrente dessa relação jurídica. Incidência da Súmula n.218/STJ.

3. A ausência elementos nos autos que permitam aferir eventual irregularidade na contratação do autor, decorrente do exercício de cargo em comissão preenchido sem previsão legal, afasta a competência da Justiça Trabalhista.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no CC 101.630/TO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. CARGO EM COMISSÃO. REGIME JURÍDICO ESTATUTÁRIO. SÚMULA 218/STJ . APLICAÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Tratando-se de pedido formulado por servidor público municipal, nomeado para o exercício de cargo em comissão na Secretaria Municipal de Governo da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, submetido ao regime estatutário, compete à justiça estadual comum processar e julgar a causa, nos termos da Súmula nº 218/STJ.

2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Nova Iguaçu/RJ.

(CC 79.459/RJ, Rel. MIN. CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2007, DJ 08/10/2007, p. 210)

No caso, depreende-se da petição inicial e dos documentos acostados aos autos que o Autor exerceu cargo em comissão de Chefe de Departamento de Controle e Acompanhamento de Custo Benefício da Secretaria Municipal de Planejamento junto à Prefeitura Municipal de Niquelândia - PB (fls. 6/159e), o que atrai a competência da Justiça Comum para o julgamento da demanda, nos termos da jurisprudência desta Corte.

Isto posto, nos termos do art. 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, **CONHEÇO DO CONFLITO E JULGO-O PROCEDENTE** para declarar a competência do **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DAS FAZENDAS PÚBLICAS DE NIQUELÂNDIA - GO**, o Juízo suscitado.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo Suscitante e ao Juízo Suscitado.

Publique-se. Intime-se.

Após as providências cabíveis, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

